

JOGOS LÚDICOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sueli Iwasawa; Elizete Varussa Seneda

Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro. E-mails: su_su2005@hotmail.com; elizetevarussa@gmail.com

Resumo: Neste trabalho traremos a experiência com um aluno especial incluído numa turma do 4º ano, de uma rede pública municipal paulista. Contamos com a participação de todos os alunos, inclusive desse aluno deficiente intelectual decorrente da Síndrome de Down (SD). Desde 2014 no 1º ano nessa unidade escolar (U.E.) o mesmo foi contemplado no seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com Atividades de Vida Diárias (AVDs), tais como: escovar os dentes, ir ao banheiro, vestir, calçar e alimentar-se para estimular a independência e sua autonomia. Ao longo deste período escolar o aluno apresentou significativos avanços quanto à comunicação, interação social e coordenação motora. Para um bom trabalho e desenvolvimento de aspectos da(s) criança(s) com deficiência(s) atendida(s) acreditamos ser primordial e relevante uma perspectiva de trabalho colaborativo entre todos profissionais envolvidos na Educação Escolar do(a) aluno(a), a família, além de multiprofissionais da saúde, como: fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, psiquiatra e/ou neurologista. Aqui, apresentaremos síntese de atividades lúdicas efetivas e possíveis de serem realizadas em sala de aula com turma de inclusão. Sorteio das letras do alfabeto, para reconhecimento delas e escrita de palavras iniciadas com as mesmas, a partir de comandos e algumas regras; assim como jogo dos dados (com algarismos e com bolinhas) para aprendizado dos números e representação de quantidades, como também de compreensão do nosso sistema de numeração decimal e formação de números. São experiências simples, práticas e muito possíveis de serem empregadas e trabalhadas numa sala de aula inclusiva, em que todos podem interagir de modo lúdico e significativo. Com todos os alunos foi possível explorar aspectos relevantes dos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa e também de Matemática, a partir das experiências com os jogos acima brevemente apresentados e desenvolvidos com a turma. Especialmente com o aluno especial não alfabetizado foi possível explorar trabalhos voltados para alfabetização da língua materna e também matemática. O jogo permitiu visualizar os que acompanhavam/acompanham conceitos e conteúdos importantes já explorados e estudados. Por meio de tais atividades práticas apresentadas ao longo deste trabalho podemos apresentar favoráveis resultados com o geral da turma. A relevância do presente trabalho está justamente nos recursos muito simples e facilidade com que pode vir a ser desenvolvido em outras tantas realidades, semelhantes ou não, com crianças de faixas etárias similares em processo de alfabetização: seja em Língua Portuguesa, seja em Matemática. Pode ser uma prática bastante significativa, se levada a sério por todos os envolvidos, na qual especialmente os alunos poderão ser beneficiados em seu processo de ensino-aprendizagem. Apresentamos, aqui, um relato de uma possível experiência bem sucedida de Educação Inclusiva, na mesma direção que têm defendido e sendo apresentados nas legislações educacionais vigentes, como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tantos Projetos-Políticos-Pedagógicos (PPPs) das unidades educacionais, entre outros.

Palavras-chave: Jogos lúdicos, alfabetização, educação inclusiva, relato de experiência.

Introdução

A ideia de desenvolver este trabalho com os alunos da turma do 4º ano do Ensino Fundamental (E.F.) de uma escola da periferia de um município paulista se deu observando-se a(s) dificuldade(s) da generalidade dos alunos quanto alguns

conteúdos primordiais e relevantes da Matemática relativos à alfabetização matemática: a plena compreensão do nosso Sistema de Numeração Decimal (SND). A partir de experiências, não somente neste ano letivo de 2017, mas também de outros anteriores, com turmas desse nível de atuação, percebo que muitas vezes a alfabetização matemática não é algo tão sólido e eficaz assim entre os alunos, como em Língua Portuguesa, por exemplo. A dificuldade maior pode ser observada, por meio das avaliações diagnósticas entre os alunos, no início do ano letivo.

Especialmente neste ano, tenho nesta turma de alunos a inclusão de um Síndrome de Down (SD), com grau de deficiência intelectual, tendo comprometimento em sua linguagem oral. Trata-se de uma criança com comportamento tranquilo, que demonstra retenção e aprendizado após repetições com atividades semelhantes. Não é um aluno alfabético. Frequenta paralelamente a Sala de Recursos, com uma professora especialista semanalmente. Mesmo para realização de atividades de vida diária como: ir ao banheiro, comer a merenda, entre outros, necessita, na maior parte delas, de apoio e acompanhamento de uma monitora de inclusão de ensino, que o atende ao longo de todo o período matutino escolar. Inclusive na sala de aula o acompanha juntamente com a professora titular da sala, na realização de suas atividades pedagógicas propostas. Retomadas de conteúdos, seja envolvendo a Língua Portuguesa e a Matemática, se fizeram totalmente necessários, ao longo de todo o primeiro semestre letivo com o mesmo. Para tanto, sempre que possível procura-se por estratégias de ensino-aprendizagem lúdico.

De modo que uma situação didática significativa pudesse se dar a todos da turma, de uma maneira geral, foi pensado um jogo com dados com o aluno Síndrome de Down, juntamente com os outros da sala. Enquanto para esses o recorte de conteúdos estabelecidos foram uns, para o aluno especial foi outro. Com dados numéricos e também representados com quantidades de bolinhas, de 1 a 6, foi explorado com o aluno especial o reconhecimento – sejam por meio dos algarismos, ou então de bolinhas, as quantidades sorteadas, na qual o mesmo precisaria indicar com os seus próprios dedos e também dizer o nome dos algarismos sorteados a cada vez. Por conseguinte, os outros alunos da sala, após cada sorteio realizado tinham de escrever com algarismos números formados com as quantidades (de algarismos) indicadas a cada novo sorteio. Com isso foi explorado com a quase totalidade da turma conteúdo de escrita de números, suas leituras; composição e decomposição (de números); classificação em pares ou ímpares. Houve, então, objetivos em termos de conteúdos a ser explorado de modo geral e também especificamente, conforme

apresentado. Conteúdos sobre a base do nosso sistema de numeração decimal, importantíssimos da alfabetização matemática, foram bem explorados.

De maneira lúdica, e não de forma maçante os alunos se divertindo podem ir aprimorando seus conhecimentos, através de um simples jogo lúdico, em uma espécie de brincadeira com regras. Além do mais, é possível explorar respeito pela sua vez, ouvir/falar/agir nas suas devidas horas, colaboração/cooperação com o diferente – seja com aquele aluno deficiente/especial e/ou mesmo com aquele com mais/maiores dificuldade com relação a assuntos da Matemática, por exemplo! Incluir é interagir todos da turma de modo dinâmico e produtivo!

Brincando, jogando também é possível muito aprender! Possibilitar na própria rotina de aulas, algumas vezes sempre que possíveis momentos dessa natureza com os alunos das séries iniciais são oportunas e relevantes experiências.

Claro que um trabalho bem sucedido em uma perspectiva de educação inclusiva só se dá de maneira mais fértil de forma colaborativa entre todos: professor(a) da sala regular, professor(a) da sala de recursos → um importante canal de comunicação, monitor(a) de inclusão, equipe gestora – no apoio e participação ativa, junto do projeto/plano do professor(a), além de todos os funcionários da unidade escolar.

A seguir, sobre o que estamos compreendendo por inclusão e educação inclusiva, conforme as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 40):

O conceito de educação inclusiva implica uma nova postura da escola comum que propõe no projeto pedagógico- no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos- ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e á escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

A universalização do acesso é um dos princípios da inclusão escolar, para Montoan e Prieto (2006).

[...], é a garantia da educação como um direito de todos... compreender a inclusão escolar não somente como o acesso à escola, mas como a conquista da educação como direito de todos pressupõe assegurar maior investimento financeiro nessa área, implementar uma plataforma brasileira para a educação,

amplamente discutida com a sociedade, e implantar uma política de contínua formação de professores, como exemplos de demandas pela melhoria da sua qualidade. (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 83-84).

Metodologia

Para a realização de tal atividade, bem simples, porém intensa e produtiva, foi necessário somente alguns recursos bem simples, como: giz, lousa e dados (numéricos e de bolinhas) confeccionados. Para tanto, contou-se também com a participação efetiva da agente educacional de inclusão do aluno Síndrome de Down, que de forma mais próxima ao aluno especial, colaborou com o andamento auxiliando ao longo da atividade a professora regular da turma, que como “juíza” do jogo conduzia o mesmo, ditando inclusive, as regras a cada nova jogada.

Vale destacar que a mesma atividade foi também apoiada e assistida pela equipe gestora dessa unidade escolar onde fora realizada. Trata-se de uma equipe muito aberta a novas práticas e atividades diferenciadas com os seus alunos. Concordam igualmente com a professora que são aulas que podem agregar e muito com o processo de ensino-aprendizagem eficaz e significativo, porque os alunos gostam, sentem prazer, participam e realmente se envolvem no que é proposto; atingindo na grande maioria das vezes, o(s) objetivo(s) inicialmente traçados/levantados.

Resultados e Discussão

Conforme apresentado, trata-se de um relato de experiência realizada com alunos de um 4º ano do E.F., que inicialmente, ao longo do começo do ano letivo encontravam significativa dificuldade com relação a aspectos básicos da Matemática, como: montar e resolver com autonomia contas de adição e subtração com números com quantidades distintas de algarismos; algarismos e seus valores posicionais; composição e decomposição de algarismos, conseqüentemente, leituras e escritas de números maiores aleatórios.

A partir disso, observando-se essas e dificuldades semelhantes nesse sentido, foram sendo pensados planos de aulas nessa direção. Dedicar o ensino nos conteúdos relacionados ao SND na Matemática foi o passo inicialmente pensado com a quase totalidade da classe.

Com o aluno especial SD outra direção foi tomada. Observada a falta de autonomia com que o aluno demonstrava realizar suas atividades básicas de contagens, de materiais concretos, como: tampinhas e diversos outros objetos; assim como reconhecimentos de algarismos, numerais e mesmo quantidades... foram pensadas atividades de retomadas/revisões desses tipos de conteúdos relativos aos primeiros algarismos – seus símbolos e correspondências, por exemplo. Nessa mesma direção com relação à Língua Portuguesa. Retomadas dos traçados e atividades com as letras do alfabeto foram os passos iniciais tomados com o aluno especial. O aluno, no início do ano, nem ao menos reconhecia e escrevia os traçados (letras) correspondentes ao seu primeiro nome. Quando era pedido para registrar seu próprio nome, garatujas como bolinhas eram ‘desenhadas’ por ele no papel.

Após um bimestre todo de conteúdos trabalhados com eles todos, cada grupo com os respectivos conteúdos traçados em cada direção, foi então pensado na experiência do jogo lúdico já apresentado, com a turma toda.

Por se tratar ser primeira vez da atuação da professora regular da turma com uma sala inclusiva, justifica-se o termo *experiência* empregado no parágrafo anterior, relativamente ao jogo lúdico realizado com a turma. “*Como incluir de verdade todos os alunos?*”; “*Quais/Que práticas educativas deveria/poderia fazer uso(s)?*”; “*Darei eu conta do ‘recado’, que é fazer avançar no quesito conteúdos curriculares e desenvolvimento singular de cada um?!*” [...] Essas e outras tantas indagações, dúvidas, medos, inexperiências fizeram parte do percurso. Assim como estudos, pesquisas, leituras e buscas por estratégias de ensino, de recursos, materiais também fizeram parte do processo. Nesse sentido invenções, reinvenções, reproduções e talvez até criações também acompanharam o percurso.

Ensino e pesquisa sempre se fizeram unidos enquanto profissional docente, ao longo destes aproximados seis anos de experiência. Conforme o inspirador educador Paulo Freire (1996):

Enquanto ensino continuo buscando, repercurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32).

Dessa forma são e foram possíveis se chegar a algumas práticas e assim experiências docentes significativas como a já descrita e como a que descreverei a seguir: do jogo lúdico da alfabetização da língua portuguesa.

Foi esse outro jogo desenvolvido com a turma – o do sorteio das nossas 26 letras do alfabeto: de A a Z.

Regras parecidas com o jogo lúdico dos dados numéricos com todos os alunos da turma do 4º ano. A cada sorteio de uma das letras, que era realizado pelo aluno SD, o mesmo ajudado pela turma de alunos tinha de dizer em voz o nome daquela sorteada. A partir disso, a professora da turma ditada uma palavra iniciada com cada letra, e outro aluno tinha de escrevê-la corretamente no quadro negro; um a um, a cada novo sorteio. À medida que as rodadas iam se sucedendo, as regras também iam se alterando. Conteúdos como: classificação de palavras quanto ao número de sílabas (monossílabo, dissílabo, trissílabo, polissílabo); classificação quanto à posição da sílaba tônica na palavra (oxítona, paroxítona e proparoxítona) foram também possíveis de serem explorados no desenrolar do jogo realizado.

Muitos teóricos e pesquisadores da educação inclusiva defendem a inserção dos deficientes em escolas regulares e criticam escolas especiais. Contudo que os direitos desses alunos, especialmente para com os com maiores comprometimentos, com graus mais elevados de deficiências, por exemplo, sejam devidamente ofertados, com o apoio e comprometimento humano, inclusive, de todos os funcionários envolvidos, concordo da mesma maneira com eles. Em caso contrário, falta de uma equipe de apoio, uma gestão não envolvida, gera àquilo que comumente ainda hoje podemos encontrar: uma inclusão excludente; apesar de todo o discurso ‘bonito’ que a Educação Especial hoje tenha tocado.

Apresentamos, aqui, um relato de uma possível experiência bem sucedida de Educação Inclusiva, na mesma direção que têm defendido e sendo apresentados nas legislações educacionais vigentes, como a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), tantos Projetos-Políticos-Pedagógicos (PPPs) das próprias unidades educacionais.

Por meio de tais atividades práticas apresentadas ao longo deste trabalho podemos apresentar favoráveis resultados com o geral da turma. O jogo permitiu visualizar os que acompanhavam/acompanham conceitos e conteúdos importantes já explorados e estudados em português e matemática. Também com as estratégias de jogos – incentivando a participação de todos da sala – o aluno SD demonstrou mais alegria e fazer mais sentido a realização de tais atividades participando juntamente com os colegas da turma.

Conclusões

Algumas foram as considerações possíveis de serem realizadas, a partir do relato de experiência aqui descrito neste trabalho a ser apresentado em forma de comunicação oral. Certamente reflexões e discussões poderão ser levantadas a partir de aspectos aqui trazidos e abordados, assim como serão propiciados também por outros, nesta mesma temática.

Acredito que a importância de tal registro de experiência no contexto de sala de aula, onde o 'mundo' costuma ser dinâmico e rico, se faz valioso. De acordo com Fazenda (2004, p. 80):

[...] as questões do cotidiano de uma sala de aula, de uma escola, de um organismo administrativo ou técnico da educação vêm sendo vivenciadas por seus atores, sem merecer o devido registro ou análise – nesse sentido milhares de experiências bem sucedidas perdem-se no tempo. Essa ausência de registro gera o total desconhecimento por parte dos que estão exercendo a prática pedagógica, e com isso a necessidade de sempre precisarem partir da estaca zero em seus projetos de trabalho e ensino.

Nesse sentido: pesquisar, praticar, realizar, relatar e registrar a nossa própria prática educativa pode ser bastante válido como uma forma diferente de reflexão, auto avaliação do nosso trabalho docente; ver e perceber o que funcionou, por que planejamos de tal forma, quais objetivos queríamos atingir, o que podemos melhorar, e ainda o que aprendemos com isso tudo.

A pertinência do presente trabalho está nos recursos muito simples e facilidade com que pode vir a ser desenvolvido em outras tantas realidades, semelhantes ou não, com crianças de faixas etárias similares em processo de alfabetização: seja em Língua Portuguesa, seja em Matemática. Pode ser uma prática bastante significativa, se levada a sério por todos os envolvidos, na qual especialmente os alunos poderão ser beneficiados em seu processo de ensino-aprendizagem.

Trata-se de uma possível experiência a ser aplicada também em um contexto de educação inclusiva, como a que exposta aqui neste trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 9 de set. 2017.

FAZENDA, I. (Org.). A pesquisa como instrumentalização da prática pedagógica. In: FAZENDA, I. (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. *Inclusão escolar*. S. P.: Summus, 2006.